

## O DISCURSO EPISTOLOGRÁFICO NO *LIVRO DOS OFICIOS*

Mafalda Maria Frade<sup>1</sup>

**RESUMO:** O ‘Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram’, tradução portuguesa da obra ciceroniana *De officiis*, foi elaborado entre 1433 e 1438, sendo a sua redação atribuída ao Infante D. Pedro. Esta tradução mantém-se bastante fiel ao original, razão pela qual é uma boa fonte de investigação no que diz respeito à tradução de textos latinos para língua portuguesa nos primórdios do seu desenvolvimento. Com o presente trabalho, e numa perspetiva pragmática, procurámos estudar diferentes mecanismos linguístico-textuais próprios do género epistolar que estão presentes na tradução, comparando-os com os seus correspondentes no texto original latino, de forma a verificar como os mesmos são traduzidos para a Língua Portuguesa num tempo em que esta ainda não se encontrava totalmente estabilizada.

**Palavras chave:** epistolografia; tradução; Livro dos Ofícios

### THE EPISTOLOGRAPHIC DISCOURSE IN THE *LIVRO DOS OFICIOS*

**ABSTRACT:** The ‘Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram’ is a Portuguese translation of the Ciceronian treatise ‘De officiis’ that was written between 1433 and 1438 supposedly by the Infante D. Pedro. This translation remains quite faithful to the original, which is why it is a good source of research regarding the translation of Latin texts into Portuguese in the early stages of its development. With this investigation, and in a pragmatic perspective, we have tried to study different linguistic-textual mechanisms of the epistolary gender that are present in the translation, comparing them with their corresponding ones in the original Latin text, so as to verify how they are translated into Portuguese language at a time when it was not yet fully stabilized.

**Keywords:** epistolography; translation; *Livro dos Ofícios*

### Introdução

No tratado filosófico-político *De officiis*, Cícero discorre sobre os deveres de um estadista, descrevendo os princípios morais, atitudes e conduta ética a seguir no ato da governação. Como estratégia discursiva, dirige a obra ao filho, a estudar em Atenas, como se de uma longa carta se tratasse. Para isto, usa procedimentos retórico-discursivos próprios do género epistolar, criando um texto em que se misturam regras da oratória e epistolográficas.

---

1 Bolseira Investigadora (SFRH/BPD/47528/2008) no Centro de Linguística (CLUNL) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; membro integrante do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro (Portugal).

Sendo Cícero admirado na época medieval, não é estranho que esta obra, pelo seu eixo semântico explícito, tenha chamado a atenção do Infante D. Pedro, que a traduz tendo em vista seu irmão, o rei D. Duarte, e outros potenciais interessados nas tarefas governativas:

por aproveitar ao(s) portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem alatinados, Eu me despus ao trabalho de tornar este livro em nossa linguagem (...). E ainda que a vossa Senhoria tenha muitos e mui boos livros que trautam da philosaphia moral, este antre elles deve seer bem prezado. Por que a mayor parte dos outros trautam que cousa som as virtudes (...); mas ensynam muy pouco como devemos husar dellas. E principalmente este declara como em cada virtude nos devemos aver e que maneira em cadahũa obra devemos de teer pera guardar ou cobrar estado virtuoso (LO, Dedic. 1-4).

Nesta investigação, procuraremos investigar se os procedimentos próprios do género epistolar que Cícero utiliza no texto latino são respeitados na tradução, buscando compreender se o Português, à época, possuía já mecanismos linguístico-textuais capazes de transmitir o pensamento original ciceroniano. Para isto, baseamo-nos em estudos de pragmática linguística, como o modelo linguístico de análise do texto epistolar de Adam (1998, 1996, 1992), a teoria da delicadeza de Brown e Levinson (1987) e a conceção da epistolaridade de Janet Altman (1982), destacando-se ainda as teorias nos âmbitos epistolográfico e semântico-pragmático de Violi (1985), Seara (2008), Leech (1999), Wood/Kroger (1991), Zwicky (1974) e Lyons (1977). No âmbito das características da epistolografia ciceroniana, seguimos de perto a análise efetuada por Garcea (2002), Giorgio (2015) e sobretudo Muñoz Martín (1994).

## **O discurso epistolográfico no *De officiis***

### **1. Estrutura composicional**

Muñoz Martín (1994) estudou os mecanismos epistolográficos das cartas de Cícero, descrevendo como são utilizados. Vários desses mecanismos estão presentes neste tratado, como veremos, permitindo simular a construção de uma longa carta ao longo do texto.

Sabemos que, em termos pragmático-textuais, o discurso epistolar tem por base uma macrounidade – o diálogo (ADAM, 1998, p. 41) –, situação comunicativa que envolve dois ou mais interlocutores e tem características específicas:

the canonical situation of utterance (...) involves one-one or one-many, signalling in the phonic medium along the vocal-auditory channel, with all the participants present in the same actual situation able to see one another and to perceive the associated non-vocal paralinguistic features of their utterances, and each assuming the role of sender and receiver in turn. (LYONS, 1977, p. 637)

No discurso epistolar escrito encontramos uma simulação de diálogo: um enunciador estabelece uma conversa com um coenunciador ausente, tendo a escrita como ferramenta

comunicativa. Assim, uma carta é um texto que se filia tanto em práticas discursivas escritas como orais, como defende Adam (1998, p. 39), que retoma princípios da tradição retórica clássica e medieval ao considerar que a carta possui uma estrutura composicional que envolve três estádios – *exordium*, *narratio*, *conclusio* – que podem subdividir-se em cinco conjuntos – *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio*, *conclusio* (ADAM, 1996, p. 37, 42; 1992, pp. 154-163). Partindo desta visão, este autor divide o plano básico de um texto epistolar cinco partes, considerando a segunda e quarta facultativas (já que, por implicarem a introdução e recapitulação do que foi dito, dizem respeito a zonas discursivas de transição):

1. abertura	—	2. exórdio	—	3. corpo da carta	—	4. Peroração	—	5. fecho
(saudação inicial, data e local)		(captação da atenção do destinatário e introdução)		(desenvolvimento do tema)		(recapitulação dos assuntos tratados e preparação de futuras interações com o destinatário)		(fórmula de despedida e assinatura)

O tratado ciceroniano é passível de ser dividido nestas cinco secções, ainda que as estratégias usadas pelo autor se entrecruzem, podendo mecanismos típicos de uma secção das cartas ciceronianas surgir em outros lados (MUÑOZ MARTÍN, 1994, p.33-34.), o que, devido à extensão do texto (torna-o suscetível à repetição de estratégias) e ao facto de não estarmos perante uma carta *stricto sensu*, permite uma maior liberdade ao seu autor no ato de produção.

## 2. O discurso epistolar

De acordo com a divisão defendida por Adam, consideramos que o tratado latino, em termos epistolográficos, não possui saudação inicial (GARCEA, 2002, p.130; LANHAM, 2004, p.7-8, 17; TRAPP, 2003, p.34-36), abrindo com o exórdio. Dado que a obra é composta por três livros, no início do segundo e terceiro surgem dois exórdios secundários (introduzem-se novos temas e interpela-se o coenunciador), como se o sujeito da enunciação sentisse necessidade de nova introdução na mudança de livro. Após estas secções, surge o corpo de texto, a que se segue a peroração, fecho e *post scriptum*, todos localizados no capítulo final. A divisão de D. Pedro respeita esta divisão, como se observa na lista seguinte, verificando-se apenas duas variantes: no início, o exórdio é dividido em duas partes (proémio e prólogo); no fim, acrescenta-se a fórmula *Deo gracias*, que não se encontra no texto latino:

<i>De officiis</i>	Livro dos Ofícios
- exórdio inicial: I.I.1-I.I.4; I.II.4-I.II.6	- proémio da obra: I.1.I - prólogo:I.2.II
- corpo de texto:	- corpo de texto: I.3.III até I.60.XLV.p. 94
- exórdio secundário: II.1-II.II.8	- segundo prólogo: II.1.I

- corpo de texto: II.III.9-II.XXXV.89	- corpo de texto: de II.2.II.p.99 a II.38.XXXIII.p.148
- exórdio secundário: III.1-III.II.6	- terceiro prólogo: III.1.I
- corpo de texto: III.II.7-III.XXXIII.120	- corpo de texto: de III.2.II.p.151 a III.20.XXXIII.p.208
- peroração: III.XXXIII.121	- “Amoestacom de Tullio a sseu filho sobre as cousas ja ditas”: III.21.XXXIII.p.208
- fecho: III.XXXIII.121	- <i>Deo gracias</i>

Esta similitude permite-nos concluir que D. Pedro compreende a simulação epistolográfica levada a cabo por Cícero no seu tratado, respeitando-a quase de forma integral. Este respeito pelas características formais da carta é reiterado na própria tradução, em que D. Pedro conserva muitas das características epistolográficas originais de índole linguística.

## 2.1 Abertura da obra

Logo no exórdio do texto latino surgem características típicas da abertura das cartas ciceronianas, como referências geográficas e temporais, a *captatio benevolentia*, exortações e expressões de afeto (MUÑOZ MARTÍN, 1992, p. 27-28, 30-31; GARCEA, 2002, p. 130-131) e elementos com valor fático. A este nível, a tradução aproxima-se muito do texto original, demonstrando a ‘elasticidade’ que o Português já apresentava à época.

### 2.1.1 Referências geográficas e temporais

Sendo o texto epistolar marcado pela separação entre interlocutores, o discurso funciona como um diálogo diferido (SEABRA, 2008, p. 124) em que o enunciador simula a partilha do contexto de enunciação com alguém ausente. Em termos temporais, no texto o enunciador coloca-se no presente da situação enunciativa ( $T_0$ ) e marca-a com recurso a formas verbais (no presente), a marcadores como o advérbio *iam* ou expressões com valor temporal como *hoc tempore*. Esta localização no presente da situação enunciativa surge em Português:

- presente: <i>Quamquam te, (...) abundare oportet praeceptis institutisque philosophiae (...) quorum alter te scientia augere potest (I.I.1)</i>	Como quer que tu (...) assaz deves saber dos mandados e das ordenanças da filosofia (...) dos quaaes en ti pode muito melhorar a sciencia dele (LO I.1.I)
<i>Nos autem, ut ceteri alia certa, alia incerta esse dicunt, sic (...) alia probabilia, contra alia dicimus. (II.II.7)</i>	Nos, assi como os outros dizem que som algũas cousas certas, e outras nom certas, (...) dizemos que ha algũas que se podem provar contra as outras. (LO II.1.II.98)

<p><i>sed si minus imitatione tantam ingenii praestantiam consequi possumus, voluntate certe proxime accedimus</i> (III.I.1)</p> <p>- iam</p> <p><i>Quamquam te, Marce fili, annum iam audientem Cratippum</i> (I.I.1)</p> <p><i>Sed iam ad instituta pergamus.</i> (II.II.8)</p> <p>- hoc tempore</p> <p><i>Sed cum statuissem scribere ad te aliquid hoc tempore...</i> (I.II.4)</p> <p><i>Sequemur igitur hoc quidem tempore</i> (I.II.6)</p>	<p>Mas se nom podemos acaçar de sseermos semelhante a elle no grande proveito do seu engenho, certamente na voontade muito lhe somos acerca (LO III.1.I)</p> <p>Como quer que tu, Marco, meu filho, ouvindo ja hũu ano em Athenas de Cratipo philosapho (LO I.1.I)</p> <p>Mas agora venhamos ao que avemos descrever. (LO II.1.II, p. 98)</p> <p>Em determinhando, Marco, meu filho, de te screver agora algũa cousa (LO I.2.II)</p> <p>E porem (...) seguimos principalmente em este tempo (LO I.2.II)</p>
--	---

Com estas estratégias, o enunciador coloca a situação enunciativa no presente, simulando um diálogo *in praesentia* que, porque centrado no tempo da enunciação, anula a distância temporal entre interlocutores (LEVINSON, 1983, p. 73). Porém, é possível usar tempos distintos do da situação enunciativa, como no início, quando o enunciador localiza a situação enunciativa no espaço e tempo ao identificar o coenunciador, que coloca em Atenas há um ano. Esta referência repete-se no terceiro exórdio, onde se usa o pretérito perfeito para marcar a distância temporal: o coenunciador é colocado em Atenas, num momento anterior ao presente da situação enunciativa ( $T_0$ ), localizando-se assim num tempo diferente. A tradução reforça esta localização ao utilizar duas formas verbais no pretérito perfeito, ao invés de apenas uma:

<p><i>Quamquam te, Marce fili, annum iam audientem Cratippum idque Athenis</i> (I.I.1)</p> <p><i>Suscepisti onus praeterea grave et Athenarum et Cratippi; ad quos cum tamquam ad mercaturam bonarum artium sis projectus</i> (III.II.6)</p>	<p>Como quer que tu, Marco, meu filho, ouvindo ja hũu ano em Athenas de Cratipo philosapho (LO I.1.I)</p> <p>Tomaste ainda sobre ti grande encárrego da cidade de Athenas e de Cratipo, aos quaaes foste por cobrar mercadarias de boas artes. (LO III.I.1, p. 151)</p>
--	---

Situação parecida ocorre, em III.II.6, quando se usa o pretérito perfeito para aludir a comunicações efetuadas<sup>2</sup> num tempo anterior ao da situação enunciativa, revelando que a obra em questão não é a primeira enviada. Aqui, note-se que na tradução se opta pelo presente, percebendo-se que se trata de um momento de anterioridade em relação a  $T_0$  pela presença do

<sup>2</sup> A referência a comunicações prévias, elemento típico da abertura da carta ciceroniana (MUÑOZ MARTÍN, 14-16), está patente neste tratado não no exórdio principal, mas no do livro terceiro.

advérbio *amehude*, que remete, como o advérbio *saepe*, para uma situação de iteração (só pode ter-se dado no passado, pois estamos no presente da situação enunciativa):

<p><i>Sed haec hactenus; multa enim saepe ad te cohortandi gratia scripsimus</i> (III.II.6)</p>	<p>E aqesto he assaz, ca muitas cousas e amehude te screvemos por te esforçarmos em bem fazer. (LO III.1.II, p. 151)</p>
---	--

### 2.1.2 Interpelação direta do coenunciador

Reforçam a ilusão de copresença e diálogo, agora pela interpelação direta do coenunciador (GARCEA, 2002, p.126-129; GIORGIO, 2015), duas estratégias discursivas: referências diretas a este e uso do vocativo, típico da oralidade (DYCK, 1996, p. 60-61; LEECH, 1999, p.108). No primeiro caso, o uso da segunda pessoa de pronomes pessoais (no singular ou plural<sup>3</sup>) ou de formas verbais encontra eco na tradução. Porém, em português, surgem pronomes que não existem no texto original e seriam facultativos (veja-se ocorrências destacadas), num reforço da interpelação, que intensifica a mensagem do enunciador:

<ul style="list-style-type: none"> <li>- interpelação direta do coenunciador,</li> <li>• segunda pessoa do pronome pessoal: <i>Quamquam te, Marce fili</i> (I.I.1) <i>Tibi autem, mi Cicero</i> (II.II.8)</li> </ul> <p><i>ad te cohortandi gratia scripsimus</i> (III.II.6)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segunda pessoa de formas possessivas: <i>utere tuo iudicio</i> (I.I.2)</li> </ul> <p><i>tamen conducere arbitror talibus aures tuas vocibus</i> (III.II.5)</p> <p><i>vestris ignota esse nolui</i> (II.II.8)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• segunda pessoa de formas verbais: <i>Quam ob rem discas tu (...) et discas quam diu voles; (...) autem velle debebis, quoad te quantum proficias non paenitebit</i> (I.I.2)</li> </ul> <p><i>si interpretari velis</i> (II.II.5)</p> <p><i>Sustines enim non parvam expectationem imitandae industriae nostrae</i> (III.II.6)</p>	<p>como quer que tu, Marco, meu filho (LO I.1.I, p. 7; LO II.1.II, p. 98)</p> <p>te screvemos por <b>te</b> esforçarmos em bem fazer. (LO III.1.II, p. 151)</p> <p><b>tu</b> husa segundo teu juizo (LO I.1.I, p. 8);</p> <p>empero eu tive por bem de cercar as tuas orelhas (LO III.1.II, p. 151)</p> <p>eu nom quis que fossem scondidas aos [v]ossos (LO II.1.II, p. 98)</p> <p>E tu aprende (...), e aprinde quanto quiseres. (...) debes de querer ataa que te nom arrep(reh)endas por que mais nom aprendeste. (LO I.1.I, p. 7)</p> <p>se a <b>tu</b> quiseres entrepetar (LO II.1.II, p. 97)</p> <p>Por que a <b>ti</b> nom fica pequeno encárrego de sseguires a nossa endustria (LO III.1.II, p. 151)</p>
---	---

Já o vocativo tem a função pragmática de identificar o destinatário e é uma estratégia de delicadeza que visa a *captatio benevolentiae*, induzindo o coenunciador a aceitar os conselhos

<sup>3</sup> “In many languages (...), the second-person plural pronoun of address doubles as an honorific form to singular respected or distant alters” (BROWN e LEVINSON, 1987: 107. Veja-se também *ibidem*, 198).

dados: pelo tom íntimo e afetivo (transmitido pelo uso do possessivo) e a marcação de uma certa formalidade (patente no uso de *fili*, nome que marca a hierarquia e autoridade paterna), é visível que se espera a aceitação dos conselhos paternos (WOOD/KROGER, 1991, p. 145; GARCEA, 2002, p. 130-131; ZWICKY, 1974, p. 795-796). Na tradução, é constante a presença do possessivo, mesmo em ocorrências latinas em que não existe. É o que sucede no vocativo *Marce fili*, revelando que, à época da tradução, o nome ‘filho’ como vocativo, ligado a um nome próprio, não ocorria sem a presença de um possessivo<sup>4</sup>. Na tradução há uma altíssima frequência de possessivos nas ocorrências de vocativo e, tendo em atenção o seu valor afetivo, tal implica que, em Português, se reforça, mais do que no original, o tom afetivo do discurso:

<i>Marce fili</i> (I.I.1, II.I.1, III.I.1)	Marco, meu filho (LO I.1.I, p.7; LO II.1.I, p.95; LO III.1.I, p.149)
<i>mi Cicero</i> (I.I.3, III.II.5)	meu Ciceram (LO O.1.I, p. 8)/ meu Cicerom (LO III.1.II, p. 150) <sup>5</sup>

Para além disto, para captar a benevolência do coenunciador e induzi-lo a uma ação, o enunciador utiliza estratégias que envolvem graus de imposição diferente: por um lado, usa formas verbais cujo valor semântico e tempos/modos expressam uma força ilocutória diretiva; por outro, usa verbos de estado mental através dos quais reforça a sua opinião sem a impor. No primeiro caso, manifesta a sua vontade ao usar verbos como *censeo* ou *hortor* e formas verbais no futuro volitivo, imperativo ou conjuntivo (MUÑOZ MARTÍN, 1992, p.22; GARCEA, 2002, p.129). Semanticamente, a tradução volta a reforçar o texto original, sendo mais diretiva por usar, nos exórdios, mais formas de imperativo (ver exemplos destacados):

- verbos com valor exortativo: <i>idem tibi censeo</i> (I.I.1)	isto meesmo te consselho (LO I.1.I, p. 7)
<i>te hortor</i> (I.I.3)	te amoesto (LO I.1.I, p.8)
- formas de imperativo: <i>Quare quantum coniti animo potes, quantum labore contendere, (...), tantum fac ut efficias neve committas</i> (III.II.6)	E porende <b>poem</b> toda a femença de teu coraçom que poderes, e com todo trabalho te despoem a aprender (...). E <b>faze</b> de guisa que acalces (LO III.1.II, p. 151)
- formas de conjuntivo: <i>ut par sis in utriusque orationis facultate</i> (I.I.1)	pera saberes tanto da hũa como da outra linguajem (LO I.1.I, p. 7)
<i>studiose legas</i> (I.I.3)	tu os leas com boa deligencia (LO I.1.I, p.8)
- formas de futuro (volitivo):	

<sup>4</sup> É o que sucede hoje em dia, em Português Europeu: no vocativo, não ocorre “Marco filho”, mas sim “Marco, meu filho”.

<sup>5</sup> Há uma situação em que ao vocativo *mi Cicero* (II.II.8) corresponde a forma “Marco, meu filho” (LO II.1.II, p. 98).

<i>Quam ob rem discas tu (...) et discas quam diu voles; tam diu autem velle debebis, quoad te quantum proficias non paenitebit</i> (I.I.2)	E tu aprende (...), e aprende quanto quiseres. (...) deves de querer ataa que te nom arrep(reh)endas por que mais nom aprendeste (LO I.1.I, p. 7)
<i>orationem autem Latinam efficias profecto legendis nostris plenior</i> (I.I.2)	pero em leendo os nossos scriptos seras mais avondoso na linguagem ladinha (LO I.1.I, p.8)

Já no segundo caso, a autoridade é marcada de forma menos impositiva, pois o enunciador limita-se a transmitir uma opinião pessoal sem marcar claramente a sua vontade (MUÑOZ MARTÍN, 1992, p.24-25; GARCEA, 2002, p.129), conduta repetida na tradução:

<i>Ecce tibi, si id mihi assumo, videor id meo iure quodam modo vindicare</i> (I.I.2)	pareceme que demando aquilo que a mim perteece de dereito (LO I.1.I, p.8)
<i>satis explicatum arbitror libro superiore</i> (II.I.1)	assaz entendo que he declarado no primeiro livro (LO II.1.I, p.95)
<i>tum haud scio an nemini potius quam tibi</i> (III.II.6)	eu dovido se hi ha algũu a que mais perteeça que a ti (LO III.1.II, p.151)

### 2.1.3 Mecanismos com valor fático

Por fim, a ilusão de diálogo é marcada por expressões com valor fático usando-se verbos de perceção (*scire, audio, uideo*) ou com valor declarativo (*dico, loquor*), que criam a ilusão de presença do coenunciador e a primeira pessoa do plural<sup>6</sup> (MUÑOZ MARTÍN, 1992, pp. 17-19, 30). Estas estratégias são reproduzidas com fidelidade na tradução portuguesa:

- primeira pessoa do plural: <i>per quam eas assequamur</i> (II.II.6)	que o possamos acalçar. (LO II.1.II, p.97)
<i>Non enim sumus ii</i> (II.II.7)	ca nos nom somos daquelles (LO II.1.II, p.98)
<i>nunc (...) revertamur</i> (III.II.6)	Mas agora vaamos (III.1.II, p.151)
- verbos de perceção ou declarativos: <i>Et id quidem nemini video Graecorum</i> (I.I.3)	E isto nunca vy a algũu dos gregos (LO I.1.I, p.8)
<i>in quo tum, quaeri dixi</i> (II.I.1)	em na qual eu disse (LO II.1.I, p.95)

<sup>6</sup> A primeira pessoa do plural tem um valor de inclusão, permitindo “créer, consolider, souligner la cohésion entre les personnes, afin de combler le vide suscité par l’éloignement des interlocuteurs” (GARCEA, 2002, p. 128). Este valor é também uma estratégia de delicadeza, revelando sintonia e cooperação entre os interlocutores: “by using an inclusive ‘we’, when S means ‘you’ or ‘me’, he can call upon the cooperative assumptions” (BROWN e LEVINSON, 1987, p.127).



## 2.2 Corpo do texto

### 2.2.1 Referências espaciais e temporais

Em Latim não há referências diretas ao espaço da situação enunciativa, embora ele esteja implicitamente marcado, simulando-se a copresença espacial dos sujeitos pela existência, no texto latino como na tradução, de verbos de percepção (*uidere*) associados ao coenunciador ou de demonstrativos, cujo valor referencial implica a localização face aos enunciadores (GARCEA, 2002, p. 130; DUARTE/OLIVEIRA, 2003, p. 222-223, 348; LOPES, 1972, p. 141):

<i>Formam quidem ipsam, Marce fili, et tamquam faciem honesti vides</i> (I.V.15)	Ja vees, Marco, meu filho, a forma da onestidade, ou posso dizer que vees a ssua face (LO I.6.V, p.15)
<i>in quibus omnibus (...) vides</i> (II.XVI.57)	E em todas estas a cousas ja vees (LO II.24XVI.129)
<i>Videsne hoc proverbio neque Gygi</i> (III.XIX.78)	E vees que, segundo aqeste proverbio, aquelle Giges (LO III.13.XIX.186)

Quanto a referências temporais, o enunciador usa várias vezes o presente para marcar como ponto de referência o tempo presente da situação enunciativa, o que se repete na tradução:

<i>Licet enim mihi (...) apud te gloriari, ad quem et hereditas huius gloriae et factorum imitatio pertinet</i> (I.XXII.78)	Bem convem a mym (...) de me louvar a ti, ao qual perteece a erança do meu louvor e fica o cárrgo de sseguir os meus feitos. (LO I.21.XXII, p.46)
<i>Quanto Aristoteles (...) nos reprehendit, qui has pecuniarum effusiones non admiremur, quae fiunt ad multitudinem deleniendam</i> (II.XVI.56)	E (...) nos reprende Aristotilles por que nos nom maravilhamos daquelles que despendem seus dinheiros por aprazer ao povoo. (LO II.24XVI,p.128)
<i>Numquam igitur est utile peccare, quia semper est turpe, et, quia semper est honestum virum bonum esse, semper est utile</i> (III.XV.64)	E em conclusom desto tenhamos que nunca he proveitoso de pecar, por que he cousa torpe. E por que sempre he cousa honesta de sseer boõ homem, sempre he proveitoso (III.11.XV, p.178)

Em Latim, esta localização é feita com recurso, por exemplo, a marcadores temporais como *iam* ou *nunc* (MUÑOZ MARTÍN, 1994, p. 40). Já o tradutor é mais prolixo, pois traduz a maioria dos marcadores temporais latinos<sup>7</sup> e inclui outros inexistentes no original. É o que sucede, por exemplo, com o advérbio *já*, muito usado na tradução (sem correspondência no texto original), cuja presença implica um valor de simultaneidade com T<sub>0</sub><sup>8</sup>, ou com o advérbio *agora*,

<sup>7</sup> Veja-se, por exemplo, *iam*: *De off.* I.X.33 - LO I.11.X.p.24; *De off.* II.II.8 - LO II.4.II.p.101; *De off.* III.XXVII.100 - LO III.18.XXVII.p.197; *De off.* III.XXXIII.117 - LO III.19.XXXIII.p.206; e também *nunc*: *De off.* II.IX.31 - LO II.9.IX.p.112; *De off.* II.XXIV.87 - LO II.38.XXIII.p.147; *De off.* III.XXXIII.119 - LO III.20.XXXIII.p.207.

<sup>8</sup> Em termos de aspeto, o advérbio *já* implica um fechamento à esquerda que se prolonga num intervalo aberto até T<sub>0</sub> (CAMPOS/XAVIER, 1991, p. 330-331; CAMPOS, 1997, p. 60-63).

que permite a localização temporal (OLIVEIRA, 2003, p. 168-169; MATOS, 1988) em relação ao presente da situação enunciativa (T<sub>0</sub>), como vemos nos seguintes exemplos:

<i>ut dixi (...). Sed potest eadem esse prudentiae definitio, de qua principio diximus (...). Itaque quae erant prudentiae propria suo loco dicta sunt (I.XL.142-143)</i>	segundo ja disse (...). Mas poderia esta meesma definiçom perteeceer aa prudencia, da qual ja fallamos no começo (...), por que no que perteece aa prudencia, ja he dito em seu logar. (LO I.55.XL.p.84)
<i>Sed de amicitia alio libro dictum est (...); quamquam ea quoque de re duo sunt nostri libri (II.IX.31)</i>	Mas da amizade fallamos ja em outro livro (...); como quer que disto ja screvessemos dous livros. (LO II.9.IX.p.112)
<i>tribus generibus propositis (III.II.7)</i>	nas tres maneiras ja ditas (LO III.2.II.p.151)
<i>Illud forsitan quaerendum sit (I.XLV.159)</i>	Agora he de veer (LO I.60.XLV.p.93)
<i>igitur plectimur. (II.VIII.28)</i>	agora (...) somos castigados (LO II.9.VIII, p.110)
<i>Sed redeo ad formulam. (III.IV.20)</i>	Agora torno aa forma que disse (LO III.4.V.p.157)

### 2.2.2 Interpelação direta do coenunciador

Também no corpo de texto há interpelações diretas ao coenunciador (usando-se o vocativo e a segunda pessoa do pronome pessoal ou possessivo ou de formas verbais). D. Pedro segue de perto o texto latino, mas com algumas variações, substituindo por vezes pronomes pessoais por possessivos ou usando pronomes que, não existindo no texto original, reforçam, como anteriormente, a mensagem veiculada, como se observa nos exemplos seguintes:

- segunda pessoa do pronome pessoal: <i>ut si constitueris, cuipiam te advocatum (...)</i> praesentem esse venturum (I.X.32)	assi como se prometeste a algũ de sseeres per <b>tua</b> presença seu vogado (LO I.11.X.p.23)
<i>Dixi paulo ante (II.XIV.49)</i>	e pouco ha que <b>te</b> disse (LO II.20.XIV.p.123)
<i>sic ego a te postulo, mi Cicero, ut mihi concedas si potes (III.VII.33)</i>	E assi eu te rogo, meu Ciceram, que <b>tu</b> me outorgues, se poderes (LO III.4.VII.p.162)
- formas do possessivo: <i>omittas tuam (I.XXXI.111)</i>	convem que percas a tua (LO I.40.XXXI.p.67)
<i>tua autem aetas incidit in id bellum (...)</i> Atque ea quidem tua laus pariter cum re publica cecidit. (II.XIII.45)	Mas a tua hidade aconteece em tal guerra (...). Mas aqueste teu louvor cayo quando cayo a rrepublica. (LO II.17.XIII.p.120-121)
<i>explica atque excute intellegentiam tuam (III.XX.81)</i>	E ssobr'esto escodrinha e sacude o teu entendimento (LO III.14.XX.p.187)
- segunda pessoa de formas verbais: <i>Formam quidem ipsam, Marce fili, et tamquam faciem honesti vides (I.V.15)</i>	Ja vees, Marco, meu filho, a forma da onestidade, ou posso dizer que vees a ssua face (LO I.6.V.15)

<i>nisi ut emas mea pecunia fundum, eum tu habeas, ego non habeam pecuniam?</i> (II.XXIII.84)	senom que tu compras a herdade por o meu dinheiro, e que tu ajas a herdade, e eu nom aja o dinheiro. (LO II.35.XXIII.p.145)
<i>ut mihi concedas si potes</i> (III.VII.33)	que tu me outorgues, se poderes (LO III.4.VII.p. 162)
- Vocativo: <i>M. fili</i> (I.XXII.78) <i>mi Cicero</i> (II.XIII.44, III.VII.33).	Marco, meu filho (LO I.21.XXII.p.47; LO II.17.XIII.p.120)

Para além destas estratégias, existem inúmeras formas verbais com força ilocutória diretivas, como imperativos, conjuntivos, futuro volitivo, gerundivos ou perifrástica passiva. Porém, a interpelação do enunciador, feita deste modo, não tem por função, como no exórdio, a *captatio benevolentiae* (MUÑOZ MARTÍN, 1992, p. 45, n.32). Aqui, as exortações têm valor diretivo, pois procura-se, após uma argumentação, incitar o coenunciador a assumir uma certa conduta ou pensamento. A este nível, a tradução tenta manter o conteúdo semântico do texto latino, mas revela limitações, pois D. Pedro não possui todos os mecanismos usados por Cícero (como o gerundivo ou a perifrástica passiva). Consegue, porém, manter-se fiel ao texto original ao optar por construções deônticas que revelam o caráter diretivo das estruturas latinas. Para além disto, quando opta por não manter o tempo/modo verbal latino, sustenta o caráter diretivo da mensagem escolhendo construções com valor deôntico (é o que sucede ao traduzir imperativos e conjuntivos por formas de futuro ou conjuntivos por verbos modais como *dever*, por exemplo, ou quando usa a expressão *si potes* (GARCEA, 2002, p. 129)):

- formas de imperativo: <i>adde huc, si placet</i> (I.XLII.150)	E ainda poderás acrescentar a estes, se te prouver (LO I.58.XLII.p.88)
<i>Explica atque excute intellegentiam tuam</i> (III.XX.81)	E ssobr'esto escodrinha e sacude o teu entendimento (LO III.14.XX.p.187)
<i>in foro, mihi crede, saltaret</i> (III.XIX.75)	creeme que (...) ainda bulhara na praça (LO III.13.XIX.p.184)
- formas de conjuntivo: <i>Altera est res, ut cum ita sis affectus animo, ut supra dixi, res geras magnas illas</i> (I.XX.66)	A outra parte he que despois que esto teveres bem firmado no coração, assi como ja disse, que faças cousas (LO I.19.XX.p.41)
<i>Quam ob rem pergamus ad ea</i> (II.XIII.45)	e porende vaamos as outras (LO II.17.XIII.p.121)
<i>sin autem is tu sis, qui multam utilitatem rei publicae atque hominum societati, si in vita remaneas, adferre possis</i> (III.VI.30)	E sse tu fores tal que possas trazer muito proveito, vivendo no mundo, aa rrepublica e aa companhia dos homeês (LO III.4.VI.p.160)

<p><i>sic ego a te postulo, mi Cicero, ut mihi concedas si potes</i> (III.VII.33) - formas de futuro: <i>illim assumes quae ad hunc locum pertinebunt</i> (I.XLII.151)</p> <p><i>at illud certe dabis</i> (III.VII.33)</p> <p><i>ubi ea quaeretur, cum ab hoc discendi genere discesseris?</i> (II.II.6)</p> <p>- gerundivo/perifrástica passiva: <i>Acceptorum autem beneficiorum sunt dilectus habendi (...). In quo tamen in primis, (...) ponderandum est.</i> (I.XV.49)</p> <p><i>Quam ob rem nec ita claudenda res est familiaris</i> (II.XV.55)</p> <p><i>quae qui tollunt (...) iudicandi sunt</i> (III.VI.28)</p>	<p>E assi eu te rogo, meu Ciceram, que tu me outorgues, se poderes (LO III.4.VII.p.162)</p> <p>e dalli poderás tomar o que perteeceer pera este logar (59.p. 89)</p> <p>aquesto certamente me outorgarás (LO III.4.VII.p.162)</p> <p>onde a poderás achar se te partires da phillosofia? (II.1.II.p.97)</p> <p>E dos beês que assi recebemos devemos fazer estremança (...). E em isto devemos de pesar primeiramente (LO I.15.XV.p.33)</p> <p>Empero nom devem de sseer çarradas as nossas riquezas (LO II.23.XV.p.127)</p> <p>E os que as tirarem, devem seer julgados (LO III.4.VI.p.159)</p>
--	--

Por fim, nesta secção o tradutor mantém verbos de estado mental presentes no original latino que atuam como marcas da autoridade não impositiva do enunciador:

<p><i>nollem Corinthum, sed credo aliquid secutos, oportunitatem loci maxime</i> (I.XI.35)</p> <p><i>quod tibi, mi Cicero, arbitror contigisse</i> (II.XIII.44)</p> <p><i>satis arbitror dictum</i> (III.XXV.95)</p>	<p>Mas creo que esto fezerom por que aqueles lugares erom em tal comarca (LO I.13.XI.p.26)</p> <p>o que eu entendo que a ti, Marco, meu filho, aconteceu (LO II.17.XIII.p.120)</p> <p>assaz entendo que tenho dito. (LO III.16.XXV. p.195)</p>
--	--

### 2.2.3 Mecanismos com valor fático

No corpo de texto surgem também formas verbais com valor declarativo ou na segunda pessoa do plural que possuem um valor fático (MUÑOZ MARTÍN, 1992, p. 34-37), remetendo para o que foi dito e sustentando assim a ilusão de diálogo diferido própria da epistolografia. Estas estratégias ocorrem também na tradução, que volta a reproduzir o texto latino:

<p><i>Sed potest eadem esse prudentiae definitio, de qua principio diximus (...). Itaque quae erant prudentiae propria suo loco dicta sunt; quae autem harum virtutum, de quibus iam diu loquimur</i> (I.XL.143)</p> <p><i>Ac primum de illis tribus, quae ante dixi,</i> (II.IX.32);</p>	<p>Mas poderia esta meesma defiiinçom perteeceer aa prudencia, da qual ja fallamos no começo (...); por que no que perteece aa prudencia, ja he dito em seu logar. E porem agora diremos daquelas virtudes que perteecem aa governança (LO I.55.XL.p.84)</p> <p>E destas cousas, de que avemos fallado (LO II.10.IX.p.112)</p>
---	--

<i>Haec rogatio ad ea pertinet, quae paulo ante dixi</i> (III.X.44)	E este rogo perteece a aquilo que eu ante hũu pouco disse (LO III.9.X.p.168)
---	--

### 2.3 Fecho da obra

O último capítulo da obra latina concentra em si as sequências fáticas finais (ADAM, 1992, p. 154-163; MUÑOZ MARTÍN, 1992, p. 72-73), localizando-se aqui tanto a peroração como o fecho propriamente dito (no parágrafo final). Assim sendo, é aqui que se encontram as características específicas do texto epistolográfico ciceroniano correspondentes à conclusão de uma missiva, que o tradutor reproduz. De facto, na tradução portuguesa mantém-se este esquema, concentrando-se tudo também no último capítulo (LO III.21.XXXIII.p.208).

Para além disto, há, em ambos os textos, o esclarecimento concreto do contexto que ditou o afastamento entre enunciadores, produzindo-se uma retoma da localização geográfica, já que se localiza agora tanto coenunciador (*Athenas* — ‘Athenas’) como enunciador (*patria* — ‘minha terra’). Com isto, o sujeito da enunciação demonstra consciência clara da necessidade de recorrer à comunicação à distância (*absens loquar* — ‘ainda que seja de ti arredado, sempre fallarei comtigo’), propiciadora do discurso epistolar, mencionando a sua voz ‘viajante’ (*profecta vox est mea*). Neste último caso, o tradutor não respeita o texto latino, traduzindo *profecta* por “perfeita” (adjetivo sem correspondência semântica com o participio original):

<i>Quamquam hi tibi tres libri inter Cratippi commentarios tamquam hospites erunt recipiendi, sed, ut, si ipse venissem Athenas, quod quidem esset factum, nisi me e medio cursu clara voce patria revocasset, aliquando me quoque audires, sic, quoniam his voluminibus ad te profecta vox est mea, tribues iis temporis, quantum poteris, poteris autem quantum voles. Cum vero intellexero te hoc scientiae genere gaudere, tum et praesens tecum propediem, ut spero, et dum aberis, absens loquar.</i> (III.XXXIII.121)	como quer que estes tres livros antre os trautados de Cratipo seram recebidos por ospedes. Mas assi como se eu fora a Athenas — o que eu fizera se claro chamamento de minha terra me nom detevesse — tu me ouvyrás algũas vezes assi, por que em estes vellumes he minha perfeita voz, tu os escuita e lhe dá autoridade quanto poderes, e poderás quanto quiseres. E quando eu entender que a ty praz de studar em aquesta maneira de ciencia, eu serei a ty presente assi como eu cadadia espero, e ainda que seja de ti arredado, sempre fallarei comtigo. (LO III.21.XXXIII.p.208)
--	---

Para além das referências espaciais, nos textos surgem ainda referências temporais. E aqui o enunciador, que se coloca logo de início no presente da situação enunciativa (*habes*), volta a demonstrar consciência de que a partilha do contexto de enunciação é simulada e de que existe um afastamento temporal entre si e o coenunciador ao remeter para o futuro a receção e estudo dos três volumes do tratado, conduta que o tradutor repete:

<i>Habes a patre munus, Marce fili, mea quidem sententia magnum, sed perinde</i>	Vees, Marco, meu filho, dom que te envya teu padre, segundo minha entençom grande. Mas
--	--

<p><i>erit, ut acceperis. Quamquam hi tibi tres libri inter Cratippi commentarios tamquam hospites erunt recipiendi; (...) aliquando me quoque audires (...) tribues iis temporis quantum poteris, poteris autem quantum voles (III.XXXIII.121)</i></p>	<p>acerca de ti tal seera por qual o tu receberes como quer que estes tres livros antre os trautados de Cratipo seram recebidos por ospedes. (...) tu me ouvyrás algũas vezes assi (...) tu os escuita e lhe dá autoridade quanto poderes, e poderás quanto quiseres (LO III.21.XXXIII.p.208)</p>
---	---

Note-se que também aqui a tradução é mais incisiva, sendo utilizadas formas de futuro (‘ouvyrás’) não presentes no texto original (em que há um imperfeito do conjuntivo: *audires*) e reforça a força ilocutória diretiva ao substituir uma forma de futuro (*tribues*) por dois imperativos (‘escuita’, ‘dá’). Neste âmbito, é comum as cartas ciceronianas possuírem exortações (ligadas a fórmulas de cortesia) através das quais o enunciador manifesta as suas pretensões a propósito do coenunciador (MUÑOZ MARTÍN, 1992, p. 58-60). Esta estratégia é visível no fim do texto latino pela presença de vocativos — revelando uma atitude de afeto paternal do sujeito da enunciação em relação ao coenunciador — e de formas verbais no imperativo, conjuntivo e futuro, como *acceperis, tribues, poteris, aberis, fore, laetabere, intellexero* (futuro); *audires, voles* (conjuntivo); *persuade* (imperativo). A tradução mantém esta tendência, mas nem sempre há correspondência direta entre formas verbais. É o caso de *tribues* e *aberis*, sem correspondência direta, e *laetabere, intellexero* e *audires*, traduzidos respetivamente pelo presente (‘allegras’), infinitivo (‘entender’) e futuro (‘ouvyrás’).

Por fim, e como nas cartas ciceronianas, o texto latino apresenta uma espécie de *post scriptum* (GARCEA, 2002, p.124-126): após a fórmula de despedida *Vale*, o afeto do enunciador é diretamente declarado (reforçando-se o vínculo afetivo com o coenunciador) através das formas adjetivas *carissimum, cariorem* (intensificadas pelo grau e pelo advérbio *multo*), a que associa a exortação *tibique persuade*, que revela que o maior benefício que o coenunciador pode ter se seguir os conselhos oferecidos é o aprofundamento do amor paternal.

Esta declaração final está presente também com fidelidade na tradução:

<p><i>Vale igitur, mi Cicero, tibique persuade esse te quidem mihi carissimum, sed multo fore cariorem, si talibus monumentis praeceptisque laetabere. (III.XXXIII.121)</i></p>	<p>Sempre te bem vaa, meu filho Cy[ce]rom, e cree firmemente que eu te amo muito e te amarei muito mais quando souber que te allegras com taaes amoestamentos e mandados como som contheudos em estes livros. (LO III.21.XXXIII.p.208)</p>
---	--

### 3. Conclusão

Ao longo desta investigação, procurámos estudar diferentes mecanismos linguístico-textuais próprios do género epistolar que estão presentes na tradução portuguesa do ‘Livro dos Ofícios’, comparando-os com os seus correspondentes no texto original latino, de forma a

verificar como os mesmos são traduzidos para a Língua Portuguesa num tempo em que esta ainda não se encontrava totalmente estabilizada. Neste âmbito, constatámos que, tendo sido o tratado latino *De officiis* escrito intencionalmente como uma carta, nele há evidentes características epistolares. De facto, revela-se claramente a existência de uma estrutura composicional de fundo epistolar, marcada por sequências típicas, que permitem identificar características formais da carta neste tratado. Para além disto, é clara a presença de elementos linguísticos com características epistolográficas. É o caso, por exemplo, da simulação de diálogo *in praesentia* (que é recriado ficcionalmente no texto escrito através de referências espaciais e temporais ou da interpelação direta do coenunciador) ou da tentativa de influenciar o coenunciador, a nível da sua conduta ou crenças, com recurso a variadas estratégias de delicadeza que revelam a intimidade entre os interlocutores e têm por objetivo a *captatio benevolentia*. Tudo isto é feito com recurso a variadas estratégias linguísticas, como o uso de formas verbais em tempos/modos específicos e marcadores temporais que remetem para a situação de enunciação; verbos com força ilocutória diretiva através dos quais se procura influenciar a conduta e pensamento do coenunciador; vocativo, pronomes de segunda pessoa ou mecanismos com valor fático, que reforçam a simulação de diálogo e o pacto epistolar.

Todas estas características são reproduzidas na tradução levada a cabo por D. Pedro que consegue manter-se fiel ao texto original, mantendo muitas das características epistolográficas originais, tanto formais como de índole linguística. E, nos casos em que tal não acontece, por constrangimentos vários (como a não existência de tempos verbais idênticos aos latinos), encontra soluções que permitem manter a fidelidade semântica à obra original. Contudo, em variados casos as soluções encontradas reforçam semanticamente o texto latino: é o que sucede, por exemplo, com o uso mais frequente de pronomes (que, para além de reforçarem a mensagem original, tornam o discurso mais afetuoso, sobretudo a nível dos vocativos) ou com a escolha de formas verbais com uma força ilocutória diretiva que substituem, por vezes, estruturas verbais cujo valor deôntico é menos acentuado (caso da substituição de formas de futuro por imperativos, por exemplo).

Concluimos, assim, que o texto português se revela, no seu geral, fiel ao original e, mesmo quando tal não sucede, o tradutor consegue encontrar soluções linguísticas para manter o conteúdo semântico do original, chegando até a reforçá-lo, demonstrando que, à época, a Língua Portuguesa possuía já recursos suficientes para reproduzir a mensagem do texto original.

## Referências Bibliográficas

- ADAM, J. M., L'argumentation dans le dialogue. *Langue Française*, n. 112, p. 31-49, 1996.
- ADAM, J. M. Les genres du discours épistolaire. De la rhétorique à l'analyse pragmatique. In Siess J. (éd.) (1998) *La lettre entre réel et fiction*, Éditions SEDES, p. 37-53, 1998.
- ADAM, J. M., *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- BORRÀS-COMES *et alii*. Vocative Intonation Preferences are Sensitive to Politeness Factors. *Language And Speech* n. 58.1, p. 68–83, 2015.
- BROWN, P. e LEVINSON, S. C. *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAMPOS, M. Henriqueta C. *Tempo, Aspecto e Modalidade*, Porto: Porto Editora, 1997.
- CAMPOS, M. Henriqueta C. e XAVIER, Maria Francisca. *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CICERO, M. T. *De Officiis* (trad. Walter Miller). London: Harvard University Press, 1913.
- DUARTE, I. e OLIVEIRA, F. Referência nominal. In Mateus, Maria Helena Mira *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 205-242, 2003.
- GARCEA, Alessandro. L'interaction épistolaire entre dialogue *in absentia* et *in praesentia* chez Cicéron. In Bolkestein, A.M. *et alii*, *Theory and description in Latin Linguistics*. Amsterdam: J.C. Gieben, Publisher, 123-138, 2002.
- GIORGIO, Jean-Pierre de. Absence et présence dans les lettres d'exil de Cicéron, *Interférences*, n. 8, <http://interferences.revues.org/5468>, 2015.
- HUSBAND, Terence J. *Cicero and the moral education of youth*. Diss. Washington, D.C.: Georgetown University, 2013.
- LANHAM, Carol. *Salutatio Formulas in Latin Letters to 1200: Syntax, Style, and Theory*. Eugene, Oregon: Wipf and Stock Publishers, 2004.
- LEECH, G. The distribution and function of vocatives in American and British English conversation. In H. Hasselgård, & S. Oksefjell (Eds.), *Out of corpora: studies in honour of Stig Johansson*, Amsterdam: Rodopi, p. 107-118, 1999.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LOPES, Óscar. *Gramática simbólica do português: um esboço*. Lisboa: FCG, 1972.



- LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MARTIN, R. e GAILLARD, J. *Les genres littéraires à Rome*, Paris: Nathan, 1990.
- MATOS, Sérgio. Agora: da deixis temporal à argumentação. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, Universidade do Porto, série II, v. 05, n. 1, p. 119-136, 1988.
- OLIVEIRA, F. Tempo e aspecto. In Mateus, Maria Helena Mira *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, p. 127-178, 2003.
- ROBERTS III, Walter M. *Cicero's Political Imperative: a reading of On Duties*. Diss. Berkeley: University of California, 2006.
- PIEL, Joseph (1948), *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram* (trad. Infante D. Pedro). Coimbra, Universidade de Coimbra.
- TRAPP, M. *Greek and Latin Letters: An Anthology with Translation*. Cambridge: CUP, 2003.
- WOOD, Linda A. e Kroger, Rolf O. Politeness and Forms of Address. *Journal of Language and Social Psychology*, n.10.3, p. 145-168, 1991.
- ZWICKY, A. Hey, what's your name! *Chicago Linguistics Society*, n.10, p. 787-801, 1974.

---

Enviado em: 16-03-17

Aceito em: 01-06-17